

Redução de danos na conta de luz  
Jerson Kelman

A Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) emitiu resolução determinando que se mantenha um estoque de água no reservatório de Furnas de, no mínimo, 15% do volume útil. Significa imobilizar cerca de 2,6 bilhões de metros cúbicos, que ficarão indisponíveis para gerar energia na própria usina de Furnas e em todas que lhe ficam a jusante (no sentido do fluxo de água), até Itaipu. Em plena crise hídrica, se deixaria de gerar 4 milhões de MWh.

Com sorte, essa lacuna energética será substituída por usinas termoeletricas, caso disponíveis, ao custo, nas atuais circunstâncias, de pelo menos R\$ 2,4 bilhões. O ônus recairá sobre os consumidores na forma de bandeira tarifária vermelha em 2021 e acréscimo tarifário em 2022. Sem sorte, ocorrerá redução compulsória de consumo, tanto programada (acionamento) quanto aleatória (apagões).

Presumivelmente, a decisão da ANA mira a preservação do uso múltiplo da água e leva em consideração que o esvaziamento total do reservatório causaria perdas à atividade turística da região. Segundo a associação de municípios do entorno do reservatório (Alago), o prejuízo seria de R\$53 milhões (O Globo, 27/06/2021).

Porém, é preciso fazer contas: R\$2,4 bilhões dividido por R\$53 milhões é igual a 45. Ou seja, o custo para os consumidores de energia elétrica é 45 vezes o custo para as atividades turísticas. Ademais, os municípios lindeiros ao reservatório de Furnas receberam, só em 2020, R\$49 milhões a título de Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos ([www2.aneel.gov.br/aplicacoes/cmpf/gerencial/](http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/cmpf/gerencial/)). Ou seja, quase o alegado prejuízo calculado pela Alago.

Na disputa pela água, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais aprovou emenda à Constituição do estado proibindo o deplecionamento do reservatório abaixo da cota 762m, que corresponde a 56% do volume útil. Uma simples regra de três permite estimar qual seria o custo para os consumidores de energia elétrica durante a atual escassez hídrica: R\$9 bilhões, o equivalente a 25% do Bolsa Família em plena pandemia!

Ademais, caso o reservatório de Furnas não possa em definitivo baixar da cota 762m – uma hipótese que pode ter mérito, mas que deveria ser discutida fora da crise –, seria necessário construir novas usinas com capacidade de geração firme equivalente ao atual parque nuclear (pouco mais de 2% da capacidade energética total do país).

A emenda à Constituição de Minas é uma tentativa de impedir a União de fazer uso de um bem que, de acordo com a Constituição Federal, duplamente lhe pertence. O reservatório foi construído para aproveitamento de potencial hidráulico e fica no Rio Grande, que faz divisa entre dois estados, Minas Gerais e São Paulo. Por isso a Advocacia Geral da União entrou no Supremo Tribunal Federal com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, e a ANA fixou o estoque mínimo em 15%, e não 56%, como pretende a Assembleia Legislativa de Minas.

Jerson Kelman, engenheiro, foi diretor-presidente da ANA e diretor-geral da ANEEL  
Publicado em O Globo 21/07/2021

## Semipresidencialismo é um velho golpe

O tucanato, responsável pelo envenenamento do regime presidencialista brasileiro ao patrocinar o instituto da reeleição, voltou a namorar com o parlamentarismo. Chamam-no de semipresidencialismo por uma questão de pudor.

Uma experiência fracassada no século passado é rejeitada em dois plebiscitos não bastou para que um pedaço do andar de cima nacional desistisse da ideia.

Nesse namoro, juntam-se dois blocos. Num, estão os parlamentaristas sinceros; no outro, aqueles que temem uma vitória eleitoral de Lula. Em 1994, quando ele parecia ser uma ameaça, a revisão constitucional encurtou o mandato do presidente de cinco para quatro anos. Numa trapaça da História, Lula acabou beneficiado pelo dispositivo da reeleição que garantiu um segundo mandato a Fernando Henrique Cardoso e, em vez de cinco anos, acabou governando por oito, de 2003 a 2011, sem abalar as instituições ou balançar o coreto do andar de cima. Beneficiado pela mágica tucana, o PT reelegeram não só Lula, mas também Dilma Rousseff.

A ideia de que o semipresidencialismo limitaria os poderes de Jair Bolsonaro num eventual segundo mandato é golpista e pobre. É golpista porque cheira ao truque de 1961, quando foi instituído o parlamentarismo para permitir a posse do vice-presidente João Goulart. É pobre porque um Bolsonaro, uma vez reeleito, mastigaria o regime, como Goulart mastigou-o.

Os defensores do semipresidencialismo dizem que ele amenizaria as crises: em vez de cair o presidente, cairia o primeiro-ministro. Vira e mexe, apresenta-se a matriz do regime francês, criado pelo general Charles de Gaulle. Trata-se de uma falsidade histórica. O que De Gaulle fez na França foi o contrário, reciclou um parlamentarismo que ia de crise em crise, fortalecendo a figura do presidente. Ganha um fim de semana em Brasília quem souber o nome dos três últimos primeiros-ministros franceses. (Jean Castex, Édouard Philippe e Bernard Cazeneuve.)

A maior demonstração de que a proposta é apenas um truque está no fato de o ex-presidente Michel Temer defendê-la, argumentando que a praticou enquanto esteve no cargo. Ele governou olhando para o Congresso, respeitando os adversários e amortecendo crises. Se Jair Bolsonaro faz o contrário, o problema não está no regime, mas nele. Quem não quer vê-lo na cadeira poderá votar noutro candidato no ano que vem. Quem não quer ver Bolsonaro nem Lula terá tempo para achar



um terceiro nome. Ciro Gomes e João Doria estão na pista.

De 1989 para cá, o regime democrático brasileiro elegeu cinco presidentes e defenestrou dois: Fernando Collor e Dilma Rousseff. Contudo Dilma 2.0 foi produzida pelo mecanismo da reeleição e pela tibieza de Lula, que não lhe pediu a vaga na chapa no pleito de 2010.

A máquina da política brasileira não arateia por causa do presidencialismo, mas

ela possibilidade da reeleição. Ela transfere presidentes, governadores e prefeitos em mandatórios que assumem as funções obcecados pela recondução.

Fernando Henrique Cardoso já reconheceu que, historicamente, cometeu um erro. Ele dizia não querê-la e, querendo-a, criou-a. Tanto Lula como Bolsonaro combateram a ideia da reeleição. Sentindo o quentinho da faixa, mudaram de ideia.

## Bom Dia, Coreia do Norte

A TV Brasil foi criada com a promessa de se tornar uma BBC brasileira. Nunca chegou perto disso — e agora virou um arremedo da emissora estatal da Coreia do Norte.

O canal prepara o lançamento de um telejornal só com "boas notícias". O programa convidará o telespectador a passear num país imaginário, onde não existe fome, pandemia, inflação ou desemprego.

A nova atração ainda não foi ao ar, mas a TV Brasil já opera como um veículo de propaganda do bolsonarismo. Até o Sem Censura, herança da antiga TVE, foi rebaixado à categoria de programa chapa-branca. Deixou de promover debates para amplificar as vozes do regime.

Na segunda-feira, o canal promoveu mais um espetáculo de governismo. Anunciou uma "entrevista exclusiva" com Bolsonaro, mas transmitiu uma peça de campanha paga com dinheiro dos impostos.

Se havia alguma dúvida sobre o programa, ela desapareceu logo na segunda "pergunta". A apresentadora exaltou as viagens do presidente e emendou: "Eu queria que o senhor falasse um pouco desse contato direto com a população...".

Bolsonaro teve 35 minutos para fazer proselitismo em rede nacional. Prometeu aumentar o Bolsa Família, asfaltar estradas, distribuir terras e levar internet aos pobres. Ele também usou o palanque eletrônico para mentir sobre a Covid-19. "A vacina tem dado mostras de que ela não te protege", disse. Todos os imunizantes aplicados no país foram aprovados pela Anvisa, que atestou sua segurança e eficácia.

Em outra passagem, o presidente voltou a destilar preconceito contra povos indígenas. "Tem índio que quando você conversa ele já está tão evoluído quanto um de nós", afirmou. Os índios não foram procurados para se defender da comparação. Numa frase, Bolsonaro escancarou que vê o canal público como instrumento de promoção pessoal: "Eu podia falar trolololá aqui". No fim da "entrevista", foi encorajado a deixar "um recado para o pessoal da Amazônia". Falou sem interrupções durante 14 minutos, uma eternidade para os padrões televisivos.

O capítulo ficou tão à vontade que convidou os telespectadores para sua próxima "motociclata". Se assistisse à TV Brasil, o camarada Kim Jong-un morreria de inveja.

### \* ARTIGO

## Redução de danos na conta de luz

HERSON KELMAN



A Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) emitiu resolução determinando que se mantenha um estoque de água no reservatório de Furnas de, no mínimo, 15% do volume útil. Isso significa imobilizar cerca de 2,6 bilhões de metros cúbicos, que ficarão indisponíveis para gerar energia na própria usina de Furnas e em todas que lhe ficam a jusante (no sentido do fluxo da água) até Itaipu. Em plena crise hídrica, se deixariam de gerar 4 milhões de MWh.

Com sorte, essa lacuna energética será substituída por usinas termelétricas, caso disponíveis, ao custo, nas atuais circunstâncias, de pelo menos R\$ 2,4 bilhões. O ônus recairá sobre os consumidores na forma de

bandeira tarifária vermelha em 2021 e de acréscimo tarifário em 2022. Sem sorte, ocorrerá redução compulsória de consumo, tanto programada (racionamento) quanto aleatória (apagões).

Presumivelmente, a decisão da ANA mira a preservação do uso múltiplo da água e leva em consideração que o esvaziamento total do reservatório causaria perdas à atividade turística da região. Segundo a associação de municípios do entorno do reservatório (Alago), o prejuízo seria de R\$ 53 milhões.

Porém é preciso fazer contas: R\$ 2,4 bilhões dividido por R\$ 53 milhões é igual a 45. Ou seja, o custo para os consumidores de energia elétrica é 45 vezes o custo para as

atividades turísticas. Ademais, os municípios contíguos ao reservatório de Furnas receberam, só em 2020, R\$ 49 milhões a título de compensação financeira pela utilização de recursos hídricos. Ou seja, quase o alegado prejuízo calculado pela Alago.

Na disputa pela água, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais aprovou emenda à Constituição do estado proibindo o esvaziamento do reservatório abaixo da cota 762m, que corresponde a 56% do volume útil. Uma simples regra de três permite estimar o custo para os consumidores de energia elétrica durante a atual escassez hídrica: R\$ 9 bilhões, o equivalente a 25% do Bolsa Família em plena pandemia!

Caso o reservatório de Furnas não possa em definitivo baixar da cota 762m — uma hipótese que pode ter mérito, mas que deveria ser discutida fora da crise —, seria necessário construir novas usinas com ca-

pacidade de geração firme equivalente ao atual parque nuclear (pouco mais de 2% da capacidade energética total do país).

A emenda à Constituição de Minas é uma tentativa de impedir a União de fazer uso de um bem que, de acordo com a Constituição Federal, duplamente lhe pertence. O reservatório foi construído para aproveitamento de potencial hidráulico e fica no Rio Grande, que faz divisa entre dois estados, Minas Gerais e São Paulo. Por isso, a Advocacia-Geral da União entrou no Supremo Tribunal Federal com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, e a ANA fixou o estoque mínimo em 15%, e não 56%, como pretende a Assembleia Legislativa de Minas.

\* **Jerson Kelman**, engenheiro, foi diretor-presidente da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)